

**POLÍTICA, CIDADANIA E DEMOCRACIA:
CATEGORIAS NECESSÁRIAS AO PENSAR DOS GESTORES ESCOLARES**

**POLITICS, CITIZENSHIP, AND DEMOCRACY:
NECESSARY CATEGORIES FOR THE THINKING OF SCHOOL
ADMINISTRATORS**

Marcos Angelus Miranda de Alcantara¹

Programa de Pós-Graduação em Gestão, Política e Avaliação da Educação - PPGAVE
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Cecília Maria de Sousa Araújo Barbosa²

Pedagoga licenciada pela Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Analisamos como os participantes do Curso de Formação de Gestores em Educação Popular (FOGEP-2020) compreendem a política, a cidadania e a democracia como categorias de pensamento. Mantivemos um diálogo teórico com Covre (1991) sobre cidadania; com Maar (2006) e Freire (2001) sobre política; Lück (2009) e com Lima, Prado e Shimamoto (2011) sobre gestão escolar. Em relação à análise do objeto, utilizamos uma abordagem teórico-metodológica qualitativa. Quanto à coleta de dados, recorreremos ao grupo focal, com a dinâmica de associação de ideias às palavras geradoras, que contou com a presença de 3 (três) participantes do FOGEP. A análise sugere que os participantes demonstram compreensões conceituais e abstratas que lhes permitem operar tanto em uma análise do contexto político nacional, com leituras conjunturais da realidade brasileira, quanto nos processos de gestão escolar, que fazem parte de sua vida profissional diária nas escolas públicas.

Palavras-chave: Gestão escolar. Política. Democracia. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

Na segunda metade da década de 2010, o Brasil mergulha em um processo de instabilidade política e institucional. De modo geral, a ascensão da extrema direita ao

¹ Doutor em educação. Lotado no Departamento de Habilitações Pedagógicas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão, Política e Avaliação da Educação – PPGAVE. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Imagem Visual e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão Educacional. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0276-3397>. E-mail: marcos84angelus@gmail.com.

² Pedagoga, licenciada pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental da rede privada em João Pessoa. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4989-7613>. E-mail: cecilia.araujo2@gmail.com

poder teve como consequência as graves crises econômicas, vivenciadas pelos trabalhadores. Sofremos arranjos institucionais que conduziram uma política de supressão de direitos sociais e instabilidade democrática. Mediante a condução de uma política econômica, que resultou em altas taxas de desemprego, ultrapassamos a marca de 14 milhões de desempregados, conforme o site *Agência IBGE notícias*, em abril de 2021.

Nesse contexto, milhões de famílias retornaram à condição de extrema pobreza, constituindo um cenário para a supressão dos processos democráticos, construídos desde a promulgação da Constituição de 1988, e aprofundados durante governos progressistas do início dos anos 2000. Tal processo ocorreu por meio da corrosão das instituições republicanas, expressas em pedidos de fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, em movimentos fascistas de apoio ao chefe do executivo federal, eleito ao final no ano de 2018. Essa foi uma conjuntura que criminalizou o exercício da política, com isso, a cidadania foi posta em xeque e as condições de possibilidades de uma democracia popular se tornaram mais distantes.

Essas condições históricas, de retrocessos sociais, políticos e educacionais, somadas ao contexto da pandemia de Covid-19, constituíram o pano de fundo para a pesquisa realizada. Ao voltarmos nossa atenção à gestão escolar, privilegamos um olhar sobre os processos políticos, existentes nas instituições escolares, na cidade de João Pessoa/PB. Por meio de um projeto de extensão intitulado Formação de Gestores em Educação Popular (FOGEP), aproximamo-nos das escolas e fomos criando as condições para situar nosso objeto de pesquisa, bem como construir nossa problemática.

De acordo com Souza e Medeiros (2017), a gestão democrática é uma construção progressiva e que constitui requisito da qualidade da educação escolar, sendo preciso basear as relações dos sujeitos envolvidos no diálogo e na alteridade, fortalecendo a autonomia dentro da escola. As autoras garantem que a gestão, assim, não deve ser enxergada somente como um conjunto de práticas burocráticas voltadas à escola, mas sim, como promoção do fazer democrático, da participação da comunidade e da cidadania.

Para Lima (2017), democracia e participação são necessidades indiscutíveis para o bom desempenho das funções da máquina pública, sobretudo da escola, haja vista que proporcionam um ambiente aberto e participativo, promovendo o exercício pleno da

cidadania. Todavia, práticas de gestão burocrática e centralizada são muito utilizadas, nas escolas brasileiras, principalmente em razão da instabilidade da democracia do nosso país, o que torna essencial a discussão e a luta pela implementação de práticas de gestão democrática e participativa na busca por uma educação de qualidade social.

Diante do cenário político e institucional pelo qual nosso país atravessou, com suas consequências econômicas e sociais, que asfixiaram a democracia, a cidadania e o exercício da política, alguns questionamentos emergem do campo da gestão escolar. Nesse sentido, delimitamos o seguinte objeto de pesquisa: *a compreensão sobre política, cidadania e democracia dos participantes do FOGEP, em 2020*. Em função do objeto da pesquisa, formulamos a seguinte questão problema: *de que maneiras a política, a cidadania e a democracia são categorias constitutivas do entendimento sobre gestão escolar dos cursistas do FOGEP?*

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Muito se fala sobre cidadania, principalmente, quando nos referimos a momentos que marcaram a história, como o ato formal de abolição da escravidão (1888), a conquista do voto feminino (1930), a promulgação da Constituição Federal (1988), entre tantos outros acontecimentos marcantes na vida cívica brasileira. Mas o que é cidadania, afinal? Para o senso comum, a cidadania se reduz ao direito do voto, ao pagamento de impostos ou, no máximo, ao uso dos serviços públicos.

Ao adentrarmos conceitualmente ao termo *cidadania*, vale observar que “[...] quem já teve alguma experiência política [...] sabe que o ato de votar não garante nenhuma cidadania, se não vier acompanhado de determinadas condições de nível econômico, político, social e cultural” (Covre, 1991 p. 8). Assim, podemos afirmar que a cidadania consiste no próprio processo político. A política, por sua vez, “[...] não é fruto do acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens [pessoas, em geral] vivendo em sociedade” (Maar, 2006, p.8). Sendo a escola uma instância pertencente à sociedade, ressaltamos que sua gestão aborda questões concretas da rotina, buscando garantir que as instituições tenham as condições necessárias para cumprir seu papel principal, que é formar em uma perspectiva cidadã (Lück, 2009).

Diante dessas questões, esta pesquisa recorreu a uma abordagem qualitativa, à técnica do grupo focal e à análise de conteúdo, como estratégias para aproximação do objeto. De acordo com Gil (2018), pode-se definir *pesquisa* como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa qualitativa, para Malheiros (2011), é um processo que exige rigor, porque a observação do fenômeno estará certamente impregnada pela história pessoal do observador, ou seja, “o que é real é a interpretação que se faz de um fenômeno, não o fenômeno em si” (Malheiros, 2011, p. 188).

Convidamos participantes do FOGEP – 2020 para participarem do grupo focal. Os critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa consistiram no fato de os participantes serem gestores, coordenadores, especialistas e docentes vinculados a conselhos escolares, que foram cursistas do FOGEP no ano de 2020. A abordagem empregada foi o grupo focal, que para Mendonça e Gomes (2016), é caracterizado como uma técnica que permite a realização de entrevistas com o grupo, baseada na comunicação e na interação. Consideramos importante que a formação do grupo não deve ser feita de maneira aleatória, é necessário obedecer a critérios previamente definidos, assim como fizemos.

Assim, “[...] quanto maior for o número de participantes no grupo focal, maior será a dificuldade de o moderador conseguir compreender as percepções, conceitos e manifestações dos participantes [...]” (Mendonça e Gomes, 2016, p. 54). Embora a literatura recomende uma quantidade mínima de seis pessoas, o contexto em que foi realizada a interação com os participantes do FOGEP se deu ainda durante a pandemia de Covid-19. Alguns participantes elegíveis alegaram impedimentos de ordem pessoal, como adoecimento e outros apresentaram dificuldade com conectividade para participação no momento da videochamada. Por essas contingências do momento, ainda pandêmico, a roda de conversa foi limitada a 3 (três) participantes do Curso de Extensão, além dos autores do trabalho.

Se por um lado, a baixa participação ficou aquém do que sugere a literatura, por outro, facilitou a moderação e os diálogos em torno do objeto da pesquisa, bem como a análise dos dados produzidos. A interação foi impulsionada pelas seguintes palavras geradoras: política, cidadania e democracia. A dinâmica foi conduzida por meio de

solicitações para que cada participante associasse três palavras a cada palavra geradora e depois justificasse o porquê da escolha de suas associações.

A interação foi gravada, as conversas foram transcritas na íntegra. Os dados dessa transcrição foram analisados por meio da técnica da análise de conteúdo. Segundo Bardin (1977, p. 38), essa estratégia “[...] aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição [...]” dos dados coletados.

3 A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA COMO OBJETO DE DIÁLOGO COM OS GESTORES ESCOLARES

Os resultados obtidos por meio da interação realizada no grupo focal contemplam: a análise de elementos conceituais e abstratos que emergiram das falas dos participantes a partir das perspectivas ética, epistemológica e utópica; elementos conjunturais relacionados à política eleitoral, à organização popular e também ao poder do Estado; elementos referentes à gestão pedagógica da escola, como também, à relação entre gestão escolar, Estado e elementos correlatos à gestão escolar nas vivências cotidianas.

3.1 POLÍTICA, DEMOCRACIA E CIDADANIA COMO SABERES CONCEITUAIS E ABSTRATOS ACIONADOS POR GESTORES

Para Platão, “[...] a política é uma ciência, um elevado saber, e que não é independente da ética” (Venturini, 1982, p. 20). Ética e política são questões imbricadas na filosofia platônica. Embora a ética, no modo de ver de Platão, transcenda a materialidade concreta da vida, ainda assim, subsidia os debates e as ações em torno da vida na *polis*. Nesta análise, é possível perceber que os(as) gestores(as), com os quais dialogamos, acionam uma perspectiva ética, de modo conceitual e abstrato, para falar sobre política, democracia e cidadania.

Ao serem confrontados com as palavras geradoras, os(as) participantes apresentaram explicações do porquê de determinadas palavras estarem associadas à ideia-chave. A palavra *comprometimento* foi uma das primeiras a aparecer ao falarmos em *política*. O primeiro participante, doravante chamado P1, justifica que essa palavra surge a partir “[...] da questão do cidadão se comprometer [...] com o mundo ao seu redor e com

os outros [...]” (P1, 2022). Essa resposta nos remete à necessidade do ser social em fazer parte de algo, envolver-se, demonstrar seu papel social e ter uma participação ativa na vida pública, como princípio ético-político. Como explicita Covre (1991, p. 11) “[...] penso que a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno”.

O segundo participante trouxe a palavra *dignidade* como uma espécie de *status* social conferido àqueles que cumprem seus deveres. Ao ser confrontado com a palavra *cidadania*, diz que “[...] quando a gente cobra direitos e nós cumprimos com nossos deveres, nós estamos sendo dignos de viver em sociedade [...]” (P2, 2022). Tal compreensão implica a cobrança de direitos atrelada à dignidade do cumprimento dos deveres. Nessa perspectiva, “a Constituição é uma arma na mão de todos os cidadãos, que devem saber usá-la para encaminhar e conquistar propostas mais igualitárias” (Covre, 1991, p. 10). Essa dimensão ética confere a conquista vinculada a contrapartidas sociais, com o cumprimento de obrigações.

Ainda nessa perspectiva ética, o participante invoca a ideia de *respeito* ao ser confrontado com a palavra *democracia*. Ao ser questionado sobre o porquê dessa escolha, justifica que se trata da necessidade de se “[...] respeitar a opinião do outro [...]” (P3, 2022). É bem verdade que ao falarmos em uma dimensão ética da política, da democracia e da cidadania, o respeito ganha uma centralidade que atravessa não somente o campo das ideias, mas sobretudo, os direitos à vida, à dignidade, à liberdade, entre outros, o que não significa deixar de confrontar ideias quando necessário.

Além dessa da ética, os participantes transitaram por uma via epistemológica ao trazerem os elementos conceituais e abstratos da conversa. Considerando a epistemologia como esse campo da filosofia que tem como objeto o próprio conhecimento e como ele se constitui, os participantes, em certa medida, trouxeram reflexões nessa direção.

Em relação à formação do conhecimento, entre outras questões, a partir de uma perspectiva epistemológica, o participante faz referência à *política* como objeto de interesse da ciência. Em suas palavras: “[...] ocorre uma formação de uma ciência política [...] um instrumento de ação” (P2, 2022). Segundo Maar (2006, p. 8), “a política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação [...]”. Como uma dimensão do real, que é, tornar-se objeto do

conhecimento é um imperativo necessário à sua compreensão. O entendimento do modo como o sujeito está inserido na sociedade e o seu posicionamento frente às demandas políticas é objeto de conhecimento potencializador da democracia e da cidadania.

O processo histórico da política veio de um longo desenvolvimento das sociedades humanas, bem como a normalização dos privilégios (Maar, 2006). Como explica o participante, a palavra *organização*, “[...] como já diziam os filósofos gregos, a política que surge com as cidades, a pólis é uma forma de organização [...]” (P2, 2022) social, coletiva, de confronto de interesses distintos. Em conformidade com Maar (2006, p. 30), “o termo ‘política’ foi cunhado a partir da atividade social, desenvolvida pelos homens da *pólis*, a ‘cidade-Estado’ grega”.

Maar (2006, p. 30), nos lembra que “para Platão, o político não se diferencia dos demais homens por nenhuma qualidade – como a força – a não ser por conhecer melhor os fins da pólis [...]”. Aqui, a alegoria da caverna, proposta por Platão, pode ser acionada como recurso reflexivo para correlacionar política e conhecimento. Ao sair da caverna, o prisioneiro entra em contato com a vida na *polis*, passa a compreender que as sombras que via outrora, no interior da gruta, eram apenas projeções das coisas que estão aqui/lá fora. De posse desse novo saber, o ex-prisioneiro se transforma em cidadão: aprende, ensina, participa das decisões sobre os rumos políticos da sua cidade.

A democratização do conhecimento pressupõe a popularização da ciência, da cultura, da literatura, das artes etc. Além disso, pressupõe o reconhecimento e a valorização dos saberes populares. Podemos dizer que a educação é uma síntese desse processo. Eis a ideia de *compartilhamento* que o participante cita e explica, após ouvir a palavra geradora democracia. Em suas palavras: “compartilhamento é quando alguém [...] consegue compartilhar as ideias entre a população, entre os amigos sem ter uma opressão [...]” (P3, 2022). Nessa direção, os direitos políticos se relacionam à convivência em

[...] organismos de representação direta (sindicatos, partidos, movimentos sociais, escolas, conselhos, associações de bairro etc.) ou indireta (pela eleição de governantes, parlamento, assembleias), resistindo a imposições dos poderes [...] (Covre, 1991, p. 15).

O livro *A Utopia*, escrito pelo inglês Thomas Morus, em 1518, vislumbra um lugar imaginário, onde não haveria injustiças. Todos aprenderiam artes e ofícios diversos, a

propriedade seria coletiva, as relações entre os cidadãos seriam mútuas. Cabe ressaltar que, embora essa seja uma obra clássica, do século XVI, seu mote não é algo original, visto que, por volta do século IV, antes da era comum, Platão já havia imaginado sua República, igualmente com uma visão idealizada de justiça, de sociedade, de educação. Em suma, a utopia é uma espécie de *não* lugar, porque seu sentido filosófico é não se realizar, mas mover os sujeitos em sua direção. Tanto Morus, quanto Platão fazem isso em seus textos.

Os participantes, com os quais dialogamos, apresentam, em certa medida, um modo utópico de pensar sobre a política, a cidadania e a democracia. Isso se evidencia na escolha da ideia de *protagonismo*, por P2, a partir da palavra geradora *cidadania*. Ele associa a essa palavra algumas ideias como pretensões, desejos e possibilidades “[...] de ser protagonista [...] do que a gente pretende, do que a gente quer, [do que] a gente pode fazer” (P2, 2022). O participante ressaltava que ainda temos o poder decisório sobre os rumos políticos de nosso país, porém, “[...] nos momentos atuais, que o Brasil está passando, a gente tem visto a democracia abalada [...] estamos [sic] vivendo uma tensão [...]” (P2, 2022). Embora reconheça que o presente é desfavorável aos anseios democráticos, o referido participante associa democracia ao caminhar para algum lugar. Nas palavras do poeta uruguaio Eduardo Galeano:

[...] a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (Benedito, 2019).

A realização está no próprio percurso. Política, democracia e cidadania aparecem como finalidades, como meios, como caminhada, como projeto educativo para construção de processos emancipatórios das classes populares, com apoio da gestão democrática da escola pública.

3.2 ABSTRAÇÕES E CONCEITOS APLICADOS À LEITURA DO CONTEXTO NACIONAL

Os trabalhadores e os setores populares, em geral, enfrentaram diversos retrocessos políticos no Brasil, durante os últimos anos. De um ponto de vista democrático

e dos anseios populares, podemos afirmar que enfrentamos perdas, inclusive no âmbito da autonomia escolar. A conquista da democracia, em nosso país, embora recente, com o fim da ditadura militar, em 1985, começa a mostrar sinais de corrosão nos anos 2010. As contradições que enfrentamos ficam ainda mais explícitas com atos antidemocráticos, a exemplo de ataques à imprensa, às universidades, aos professores, às escolas e aos partidos políticos que fizeram oposição ao governo federal instalado no ano de 2019.

Ao apresentarmos a palavra *política* aos participantes de nossa dinâmica, esse contexto é, de certa maneira evocado, em decorrência das prévias do período eleitoral que já se insinuavam, durante o momento em que a coleta dos dados foi realizada. O participante associa a palavra *ética* à política e justifica que escolheu essa palavra diante da “[...] *situação política do Brasil, ou até mesmo do ano eleitoral, [...] pelo momento em que estamos vivendo*” (P1, 2022). Os participantes deixam transparecer na conversa que o legado do autoritarismo ainda nos assombra. Nessa perspectiva, a ética é uma “[...] atividade política [que] tem uma função pedagógica, de transformação dos homens em cidadãos: a *Paidéia*” (Maar, 2006, p.31). O cidadão tem seus direitos e deveres a serem cumpridos, mas por vezes, o cumprimento desses deveres não garante seus direitos.

Os participantes chamaram atenção para situações de compra de votos. Sobre o assunto, o participante relata: “[...] a gente vê muito a questão do voto ser visto como trocas. Né? É a troca de um trabalho, é uma troca de um favor, troca de alguma coisa...” (P3, 2022). Para ele, o voto deixa de ser um ato de participação, de cidadania, de luta por direitos. Segundo Maar (2006, p. 20) “a própria atividade política aparece como relação entre eleitor e eleito, entre Estado e cidadão, e seu aspecto próprio de relação humana se perde”. Ao perder a dimensão política da luta de classes, o voto trocado, em função de um benefício individual, é um voto despolitizado.

O exercício da cidadania, como mencionamos, transcende o ato de votar. Candidatar-se a um cargo público, por exemplo, é uma das formas de exercer a cidadania. Mas há também os casos de candidaturas restritas a um projeto pessoal de poder, como relata: “[...] tem pessoas que às vezes se elegem ou se candidatam atrás do poder, para mandar, por causa de apenas status” (P3, 2022). Um cargo público tem papel fundamental em escolhas, elaboração e execução de projetos que possam contribuir para um melhor

funcionamento da sociedade. Contudo, aquele que detém o “[...] poder cuida de encaminhar as coisas na direção que atenda basicamente aos seus interesses, e não ao interesse de todos, apesar da aparência contrária” (Covre, 1991, p. 10).

Destacamos aqui a dificuldade na garantia do direito de os trabalhadores exercerem a cidadania na sociedade capitalista. Nesse sentido, “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no Ocidente e talvez inatingível” (Carvalho, 2008, p. 9). De certo modo, essa intangibilidade se dá em função das correlações de forças existentes em um contexto neoliberal e global, mas também no contexto nacional, em função da despolitização dos trabalhadores, que extremada conduz ao fascismo, como uma espécie de válvula de escape no neoliberalismo.

Para o participante, a relação entre democracia e *povo* é intrínseca: “a primeira palavra que vem aqui [...] quando fala democracia, já está vinculada diretamente ao povo, à população” (P1, 2022). Nessa perspectiva, conforme Gadotti (2014, p. 9), “uma verdadeira democracia deve facilitar a seus cidadãos a informação necessária para a defesa de seus direitos e a participação na conquista de novos direitos”. Democracia implica o exercício popular de poder político, no qual, o papel do sujeito deve ser de um agente ativo e participativo, que contribua para a construção de uma sociedade melhor e a conquista de novos direitos.

O direito de escolha, por si só, nem sempre é uma garantia em si mesmo. É necessária a constante organização e a participação popular nos assuntos e na vida social da comunidade, do bairro, do município, do estado, do país. Essa participação precisa ser crítica, baseada na práxis transformadora, caso contrário, caímos em um ativismo manipulado. Nesse sentido, em um “[...] participacionismo [que] constrói amarras à comunicação e reduz a participação, utilizando, sobretudo, a política de relações humanas como instrumento de integração conformista [...]” (Lima, Prado e Shimamoto, 2011, p. 6). Com isso, o poder popular, mesmo com a ‘liberdade’ fica limitado a um contexto de fragilidade democrática.

A conversa sobre esses elementos conjunturais apontou aspectos relacionados ao poder do Estado. Sobre isto, podemos dizer que a vida, em sociedade, requer que as relações entre as pessoas, grupos sociais, poder econômico e instituições sejam

estabelecidas e mediadas pelo Estado, por meio das leis e das instituições. Ao associar a palavra geradora *democracia* com *liberdade*, o participante faz uma crítica à militarização do Estado brasileiro, o que em nome de um projeto liberal de poder, paradoxalmente, comprometeria nossas liberdades individuais, o que extrapolaria o poder que o Estado deveria exercer em nossas vidas. De acordo com esse participante: “[...] na palavra democracia a gente remete a uma questão de liberdade [...] quando você vê aquela questão do militar, você não vê essa questão da liberdade [...]” (P3, 2022).

P2 faz inferência ao pensar na democracia como o direito à liberdade de expressão, à escolha de representantes, à defesa de determinadas ideias etc. Sobre a liberdade de expressão, Paulo Freire (2001, p. 31) nos lembra que “o direito de criticar e o dever, ao criticar, de não faltar à verdade para apoiar nossa crítica é um imperativo ético da mais alta importância no processo de aprendizagem de nossa democracia”. O segundo participante, quando se refere ao direito e ao dever, quando o termo *cidadania* é evocado, diz: “é exatamente cobrar seus direitos, mas também realizar os deveres [...] quando a gente cobra direitos e nós cumprimos com nossos deveres, nós estamos sendo dignos de viver em sociedade” (P2, 2022).

Para Freire (2001, p. 25), é necessário nunca nos esquecermos de que “[...] cidadão significa indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e que cidadania tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão”. Todos temos direito à democracia, mas a falta de respeito a esse direito é um problema que ainda nos assombra, diante das violações cotidianas cometidas pelo Estado brasileiro: extermínio da juventude negra e periférica, cassação de direitos sociais por meio de reformas neoliberais, criminalização de movimentos populares, condescendência do Estado com movimentos nazifascistas etc. A lista de violações cometidas pelo Estado é ampla e vai além desta aqui apresentada.

Mas o Estado também aparece com um espaço dialeticamente contraditório e que pode ser objeto de disputa popular. Nessa perspectiva, o participante relaciona a palavra *direito* à palavra *democracia* no sentido de dizer que esse processo de disputa integra o exercício democrático: “[...] a gente pode exercer através da democracia como [P2] já falou” (P1, 2022). O exercício a que P1 se refere é a liberdade, que as classes populares

buscam a se organizar para formar correlações de forças que propiciem garantias do acesso à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, além de exercer, de fato, seu papel de cidadão.

3.3 GESTÃO DA ESCOLA COMO LUGAR DE MATERIALIZAÇÃO DA POLÍTICA, DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA

A gestão pedagógica faz parte de uma construção política, democrática e cidadã. Nesse contexto, buscamos sempre refletir acerca da “[...] gestão escolar e o seu papel profissional na liderança e na organização da escola. Essa concepção se constrói a partir do desenvolvimento de referencial de fundamentos legais e conceituais [...]” (Lück, 2009, p.15) que orientam o trabalho da gestão no espaço escolar.

A ação dos trabalhadores da educação, bem como das famílias das crianças matriculadas, nas escolas, não deve ser restrita a uma visão de educação na lógica de uma mera prestação de serviço, despolitizada e pretensamente neutra do ponto de vista ideopolítico.

Uma das participantes expressou a palavra *propostas*, ao elencarmos a palavra política. Sua explicação consistiu no seguinte: “pensei na parte pedagógica também...” (P1, 2022). Com o passar dos anos, surgem novas demandas, desafios, implementações de cursos que auxiliem no processo de qualificação dos profissionais que fazem parte da escola. Dessa forma, à medida em que as ações vão sendo necessárias, as organizações também devem surgir. Ainda partindo da palavra geradora *política*, a participante observa que o espaço escolar é um lugar de organização política da comunidade: “[...] pensei pelo partido e também as organizações das escolas” (P1, 2022).

Ao participarem dessa dinâmica, os gestores e os membros do colegiado, demonstram um entendimento sobre seu papel atuante na escola. Com isso, demonstraram saber que as ações desenvolvidas, na escola, precisam de intencionalidade e sentido político-pedagógico, para que, desta maneira, os estudantes sejam beneficiados com aprendizagens no âmbito da cultura, das ciências, das artes, da tecnologia, e também da politização, em uma perspectiva de construção cidadã.

A conversa também transitou pela relação entre a gestão escolar e o poder do

Estado. Para Maar, “a atividade política institucional do Estado é um conjunto de respostas a necessidades da vida social desenvolvidas pelos homens em sua história [...]” (Maar, 2006, p. 48). P2, após ouvir a palavra *política*, relacionou a *ação* dos governos ou dos gestores na escola e diz: “[...] a política é um instrumento de ação, tanto pelos governos como, por exemplo, por nós, nas escolas, a gente desenvolve uma linha, uma política, então ela é um instrumento de ação e de organização também” (P2, 2022).

O participante demonstra uma compreensão da gestão escolar caracterizada pela responsabilidade da qualidade do processo de ensino-aprendizagem e, portanto, pelas ligações de comunicação e relações interpessoais que ocorrem na comunidade escolar, a fim de que seja representado nas ações de aprendizagem e formação dos alunos. Nessa direção, “conhecer como se dão as práticas e as relações no dia a dia da escola constitui-se em condição fundamental para promover o que ela precisa [...]” (Lück, 2009, p. 128).

O que P2 respondeu sobre a política ser um instrumento de ação, corresponde com a ideia de que a educação é um ato político, em que a sociedade é organizada, tem seus objetivos, direitos e deveres a serem exigidos e exercidos respectivamente. Mas nem sempre essas ações são garantidas de modo que venham representar movimentos que construam interesses sociais, que venham contribuir com a comunidade escolar.

A partir da palavra geradora *cidadania*, o participante cita o *descaso* em alguns cenários e nas escolas: “a gente realmente é [...] hoje em dia, tratado com descaso [...] até dentro da escola, como fora, a gente não vê [...] as pessoas que detêm o poder, tratando a cidadania com mais ênfase [...]” (P3, 2022). Nesse trecho, P3 deixa claro que outros assuntos são tratados com mais relevância pelo Estado e isso, muitas vezes, reproduz-se na gestão da escola. Vale ressaltar que a valorização dos professores, reconhecendo o seu papel, ouvindo e reconhecendo o direito à voz, são elementos importantes para a construção efetiva de cidadãos.

O diálogo também nos impôs a necessidade de pensarmos sobre a relação entre a gestão escolar e algumas vivências cotidianas, como elementos políticos, democráticos e cidadãos. Em meio ao movimento da história, a educação constitui um valor significativo para o conhecimento e desenvolvimento humano. Do mesmo modo, em diálogo com Lück (2009, p. 12) vemos que “são demandadas mudanças urgentes na escola, a fim de

que garanta formação competente de seus alunos, de modo que sejam capazes de enfrentar criativamente [...]” a complexidade dos problemas que vivenciamos.

Uma dessas vivências cotidianas relatadas por todos foi a pandemia de COVID-19. Os participantes concordaram que essa situação pandêmica foi um elemento conjuntural que demarcou a vida escolar e ainda a moldará por alguns anos: medidas de isolamento, distanciamento, uso de máscaras, ensino remoto e híbrido, ameaça de reduções salariais etc. Essas foram estratégias adotadas por todos os países e particularmente aqui, no Brasil, ficamos confinados, em nossas residências, com regras inicialmente rígidas. O que se acreditava que seriam alguns dias, durou aproximadamente dois anos.

As escolas da rede pública, privadas e as universidades, inicialmente paralisaram todas as suas atividades, devido ao alto índice de contaminação. Com o passar das semanas, medidas foram tomadas como aulas remotas, mediadas por plataformas digitais, como aplicativos com os conteúdos, tarefas, notificações e/ou plataformas síncronas e assíncronas.

Em conformidade com o que foi discutido anteriormente, a participante citou *vivência* a partir da palavra geradora *cidadania*: “[...] o que a gente tá vivendo hoje [...] entra muito nas escolas, principalmente depois do que a gente viveu, aí essa pandemia” (P1, 2022). As dificuldades foram inúmeras, muitas famílias não tinham meios eletrônicos e nem acesso à internet para participar das aulas, isso acarretou angústias, incertezas e grande evasão escolar, que já existia, mas se intensificou com o Covid-19.

Além desses elementos, continua: “esse nosso retorno que ainda tá sendo gradual [...] a gestão em si, teve que insistir muito nessa questão, perante principalmente a comunidade escolar” (P1, 2022). O participante salienta a importância da vivência escolar, a necessidade não apenas dos conhecimentos e das aprendizagens dos conteúdos, mas também a interação dentro do espaço escolar, que com as medidas sanitárias de isolamento, foram muito comprometidas.

A escola é uma organização social que promove o desenvolvimento educacional, busca ensinar conteúdos específicos para formação. P1 citou a palavra *maioria*, a partir da palavra geradora *democracia*, que se refere às decisões da política nacional e dentro

da escola “[...] onde a população consegue [...] viver essa situação que é que no momento [...] ainda na democracia, o que a gente está exercendo [...]” (P1, 2022). O nosso país enfrentou uma crise social e política, concomitante a uma crise sanitária. O desemprego, a fome, preços elevados de itens básicos de sobrevivência, foram acentuados. A participante acrescenta que “[...] ainda podemos tomar essa decisão [...] dentro da escola” (P1, 2022). Desse modo, a gestão educacional necessita ser um campo de organização institucional que provoque situações de decisão coletiva em direção a um projeto político de construção da cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos de que maneiras a política, a cidadania e a democracia são categorias constitutivas do pensamento de trabalhadores da educação, que, de algum modo, estão envolvidos com a gestão das escolas em que trabalham e que foram cursistas do FOGEP no ano de 2020. Ao participarem da dinâmica interativa, os cursistas foram associando não apenas palavras, mas significados, sentidos, interpretações, visões de mundo e experiências às palavras-chave apresentadas. À medida em que fomos analisando as explicações e justificativas da escolha de cada palavra, conseguimos ordenar os dados das interações em três tópicos: o primeiro, a que chamamos de conceitual/abstrato; outro, denominada análise do contexto nacional; por fim, a gestão da escola, propriamente dita.

Diante das questões evocadas, os participantes acionam uma série de saberes mais conceituais para analisar nosso contexto político e, ao mesmo tempo, refletirem sobre sua vivência concreta no cotidiano da gestão escolar e das atividades nos conselhos. Percebe-se que os participantes têm uma compreensão da importância de serem agentes da gestão democrática, que devem exercer funções sociais no âmbito do espaço público. Os participantes contextualizaram a gestão democrática como um princípio constitucional, sendo papel da escola pública fazer parte do processo histórico, buscando contribuir com a politização das classes populares, consistindo em uma condição básica para a manutenção da defesa da educação pública, universal, gratuita e de qualidade social.

Do diálogo, a partir da interação com os participantes, sobre nosso objeto de pesquisa, emergiu a análise do contexto político nacional, elementos conceituais e

abstratos, leituras conjunturais da realidade do povo brasileiro como base social e concreta para o planejamento do trabalho da gestão escolar. Os participantes demonstraram uma compreensão sobre a relação entre essas categorias de análise com a prática educativa e o trabalho da gestão escolar em uma perspectiva democrática. A compreensão dos participantes vai além de simples opiniões, eles demonstraram entendimentos mais aprofundados e trouxeram reflexões distintas do senso comum, que são fundamentais para a realização do exercício da gestão escolar.

O contexto político, econômico, social e histórico, vivenciado no Brasil, durante a realização da pesquisa, de certo modo, determina a relação entre escola e sociedade. Desde o final da década de 2010, setores reacionários da sociedade brasileira forjaram um ambiente hostil e estigmatizador para trabalhadores e trabalhadoras da educação. Falar sobre política, sobre democracia e sobre cidadania, na escola, passou a ser visto como doutrinação, como uma ameaça aos valores da chamada família cristã, e seus pretensos valores ocidentais. Sofremos tentativas de esvaziamento do conteúdo político da educação com criação de canais de denúncias, parlamentares de extrema direita passaram a fiscalizar o que os professores diziam em salas de aula, etc. Enfim, sofremos uma tendência de criminalização ao exercício da profissão.

Em suma, esse ambiente de denunciamento e autoritarismo, de certo modo, deixou acuados não apenas os docentes, em suas salas de aula, mas coordenadores pedagógicos, gestores escolares e quaisquer trabalhadores da educação que veem em sua prática pedagógica um significado político de transformação da sociedade. Nessa perspectiva, a análise demonstrou como a política, a democracia e a cidadania são categorias de pensamento necessárias à constituição da identidade de gestores e gestoras escolares, uma vez que cabe à gestão a construção de condições institucionais para a resistência desse clima instalado no cotidiano escolar.

ABSTRACT

We analyze how participants in the Popular Education Administrators Training Course (FOGEP-2020) understand politics, citizenship, and democracy as categories of thought. We engaged in theoretical dialogue with Covre (1991) on citizenship; with Maar (2006) and Freire (2001) on politics; Lück (2009), and with Lima, Prado e Shimamoto (2011) on school management. In terms of the object analysis, a qualitative

theoretical-methodological approach was used. Regarding data collection, we employed the focus group method, using the dynamics of associating ideas with generating words, with the presence of 3 (three) FOGEP participants. The analysis suggests that participants demonstrate conceptual and abstract understandings that enable them to operate both in an analysis of the national political context, with conjunctural readings of the Brazilian reality, and in the processes of school management, which are part of their daily professional life in public schools.

Keywords: School management. Politics. Democracy. Citizenship.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p.

BARROS, Alerrandre. Desemprego fica em 14,6 % no trimestre até maio e atinge 14,8 milhões de pessoas. *Agência IBGE notícias*, 2021. Disponível em: <agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 08 de março de 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. 3. ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v.23).

GADOTTI, Moacir. Gestão democrática com participação popular. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO de 2014. *Online*.

BENEDITO, Mouzar. Cultura inútil: para que serve a utopia? *Blog Editora Boitempo*. São Paulo, 16 de jan. de 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/01/16/cultura-inutil-para-que-serve-a-utopia/>. Acesso em: 10 out. 2023.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2018.

LIMA, Jamile de Moura. *Gestão escolar: delineando seu formato democrático e participativo e suas possíveis formas de materialização*. João Pessoa, 2017, 108f. TCC (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, Antonio Bosco de Lima; PRADO, Jeovandir Campos do Prado; SHIMAMOTO, Simone Vieira de Melo. Gestão Democrática, Gestão Gerencial e Gestão Compartilhada: novos nomes e velhos rumos. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2011. *Anais [...]*. ANPAE, 2011. *Online*.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões de Gestão Escolar e suas Competências*. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MAAR, Wolfgang Leo. *O que é política?* 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MALHEIROS, Bruno Taranto. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

MENDONÇA, Iolanda; GOMES, Maria de Fátima. Grupo focal como técnica de investigação qualitativa na pesquisa em educação. *Cadernos de Educação, Tecnologia e Sociedade*, São Paulo, v.10, n.1, p. 52-62, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.14571/cets.v10.n1.52-62>

MORUS, Thomas. *Utopia*. Ridendo Castigat Mores, 2001.

P1. *Relato*. João Pessoa (Paraíba), 21 de fev. 2022.

P2. *Relato*. João Pessoa (Paraíba), 21 de fev. 2022.

P3. *Relato*. João Pessoa (Paraíba), 21 de fev. 2022.

SOUZA, Ellen Susany Santos de; MEDEIROS, Karla Danielly Martins de. *Implicações da gestão democrática na qualidade da educação*, 2017, João Pessoa, 2017, 40f. TCC (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba.



VENTURINI, Jorge L. Garcia. A Política Segundo Platão. *Thot*, São Paulo, v. 1, n. 28, p. 19-23, 1 jan. 1982. Disponível em:
<https://palasathena.org.br/arquivos/pedagogicos/THOT%201982%20N.28/A%20Pol%E Dtica%20segundo%20Plat%E3o.pdf>. Acesso em: 8 de março 2024.